

CONCURSO PÚBLICO

**8. PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

ANALISTA DE SUPORTE À REGULAÇÃO

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS, TENDO EM VISTA A OPÇÃO REALIZADA NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTES CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



01. Os Poderes Administrativos são inerentes à Administração Pública e são instrumentos de trabalho essenciais para que ela possa desempenhar as suas funções atendendo o interesse público. Sobre eles, é correto afirmar que
- (A) poder vinculado é aquele que a Administração Pública tem para praticar certos atos “sem qualquer margem de liberdade”. A lei encarrega-se de prescrever, com detalhes, se, quando e como a Administração deve agir, determinando os elementos e requisitos necessários.
- (B) poder hierárquico é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.
- (C) poder de polícia é a faculdade de aplicar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.
- (D) poder disciplinar é aquele por meio do qual a Administração Pública tem a faculdade de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício do interesse público.
- (E) poder discricionário é aquele pelo qual a Administração distribui e escalona as funções de seus órgãos, ordena a atuação de seus agentes, estabelece a relação de subordinação entre os servidores públicos de seu quadro de pessoal.
02. Ato Administrativo é toda manifestação unilateral da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. São elementos essenciais à formação do ato administrativo, considerados assim seus requisitos de validade:
- (A) publicidade, legalidade, finalidade, motivo e objetivo.
- (B) publicidade, impessoalidade, finalidade, motivo e objetivo.
- (C) moralidade, forma, impessoalidade, motivo e objeto.
- (D) competência, forma, finalidade, motivo e objeto.
- (E) competência, eficiência, finalidade, motivo e objetivo.
03. Quanto à posição ocupada pelos órgãos na escala governamental ou administrativa, eles podem ser classificados em independentes, autônomos, superiores e subalternos. São exemplos desses órgãos, respectivamente:
- (A) Assembleias Legislativas; Secretarias de Estado; Procuradorias Administrativas e Seções de Expediente.
- (B) Advocacia-Geral da União; Prefeituras; Procuradorias Administrativas e Seções de Expediente.
- (C) Ministérios; Secretarias de Estado; Secretarias Municipais; Prefeituras e Câmaras de Vereadores.
- (D) Advocacia Geral da União; Procuradorias dos Estados e Municípios; Prefeituras e Câmaras de Vereadores.
- (E) Presidência da República; Governadorias; Prefeituras; Tribunais Judiciários e Juízes singulares.
04. Segundo a Lei n.º 8.666/93, \_\_\_\_\_ é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. Assinale a alternativa que completa corretamente o texto.
- (A) concorrência
- (B) convite
- (C) tomada de preços
- (D) concurso
- (E) leilão
05. Segundo a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 25, é inexigível a licitação
- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.
- (C) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- (E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
06. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas pela Lei n.º 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Sobre a execução do contrato, é correto afirmar que
- (A) deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, não sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo.
- (B) o representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- (C) o contratado não poderá manter preposto no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.
- (D) o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, até o limite de um quinto do valor total da obra, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- (E) o contratado é responsável por todos os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, eximindo o órgão interessado da responsabilidade de fiscalização ou de acompanhamento.

07. A Lei n.º 10.177/98 prevê que, quando outros não estiverem previstos nesta lei ou em disposições especiais, serão obedecidos os seguintes prazos máximos nos procedimentos administrativos:

- (A) para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos, publicação e outras providências de mero expediente: 5 dias.
- (B) para expedição de notificação ou intimação pessoal: 7 dias.
- (C) para elaboração e apresentação de informes sem caráter técnico ou jurídico: 7 dias.
- (D) para elaboração e apresentação de pareceres ou informes de caráter técnico ou jurídico: 20 dias, prorrogáveis por 5 dias quando a diligência requerer o deslocamento do agente para localidade diversa daquela onde tem sua sede de exercício.
- (E) para decisões no curso do procedimento: 2 dias.

08. Numa situação em que possam ocorrer eventualidades que envolvem especulações de mercado relacionadas às greves, aumento de preços, situação econômica e política instáveis, ambiente inflacionário e imprevisível, é recomendável a manutenção de um estoque de

- (A) antecipação.
- (B) flutuação.
- (C) ciclo.
- (D) segurança.
- (E) *Hedge*.

09. Quando o objetivo da organização é determinar o tamanho de um lote a ser comprado ou produzido com a intenção de minimizar os custos de aquisição e os custos anuais de ter estoques, buscando um equilíbrio entre as vantagens e desvantagens de se manter estoque, a análise pode ser feita pelo

- (A) Método de revisão contínua.
- (B) Método do lote econômico.
- (C) Método de revisão periódica.
- (D) *FIFO*.
- (E) *LIFO*.

10. As afirmativas versam sobre a fase preparatória do pregão.

- I. A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
- II. A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por serem excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
- III. Dos autos do procedimento constarão, eventualmente, os elementos técnicos, bem como o orçamento, elaborado pelo interessado na licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.
- IV. A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Está correto apenas o contido em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

11. As afirmativas versam sobre as férias na administração pública estadual.

- I. É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho.
- II. É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo período máximo de 3 (três) anos consecutivos.
- III. O período de férias será reduzido para 20 (vinte) dias, se o servidor, no exercício anterior, tiver, considerados em conjunto, mais de 10 (dez) não comparecimentos, correspondentes a faltas abonadas, justificadas e injustificadas.
- IV. Durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício.
- V. O funcionário poderá gozar férias de uma só vez ou em dois períodos iguais, segundo o seu interesse.

Está correto apenas o contido em

- (A) I, II e V.
- (B) I, III, e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

12. Assinale a alternativa correta sobre o pagamento de salários previsto na legislação trabalhista.

- (A) O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, inclusive no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.
- (B) Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquele que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente, ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
- (C) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, considerando os acréscimos em função de sexo, nacionalidade ou idade.
- (D) Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de comissões, de acordos individuais ou de contrato coletivo.
- (E) Em caso de rescisão do contrato de trabalho, motivada pelo empregador ou pelo empregado, e havendo controvérsia sobre parte da importância dos salários, aquele é obrigado a pagar a este, à data do seu comparecimento ao tribunal de trabalho, a parte incontroversa dos mesmos salários e um terço da parte controversa.

13. A teoria situacional de liderança, desenvolvida por Hersey e Blanchard, estabelece que os subordinados variam em nível de presteza e, assim, necessitam de estilos diferentes de liderança. As colunas abaixo mostram os estilos de liderança e o grau de presteza dos subordinados:

Estilo	Presteza
I. Contar	a. Incapaz, mas com disposição ou confiante;
II. Delegar	b. Incapaz, e sem disposição ou inseguro;
III. Vender	c. Capaz, e com disposição ou seguro;
IV. Participar	d. Capaz, mas sem disposição ou inseguro.

Assinale alternativa que contém a correlação correta entre o estilo e a presteza.

- (A) I-b, II-c, III-a, IV-d.
- (B) I-a, II-d, III-b, IV-c.
- (C) I-c, II-b, III-d, IV-a.
- (D) I-d, II-a, III-c, IV-b.
- (E) I-a, II-b, III-c, IV-d.
14. O salário, tradicionalmente, é considerado a fonte primária de remuneração financeira. No entanto, nos últimos anos, diversos sistemas de incentivos foram desenvolvidos para motivar empregados ou grupos de empregados a serem mais produtivos. Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, um sistema de incentivo e sua definição.
- (A) Incentivos individuais: os aumentos salariais e a concessão de bônus são baseados numa nota recebida de seus chefes.
- (B) Participação nos ganhos: está baseado numa fórmula para a alocação de uma quantia anual a cada empregado, caso a companhia exceda uma meta específica de participação no mercado.
- (C) Participação nos lucros: concentra-se na gratificação dos empregados pelo aumento na produtividade em área sob seu controle direto.
- (D) Avaliação por mérito: consiste em um objetivo-padrão contra o qual o desempenho de um trabalhador é confrontado.
- (E) Opções de ações: dão aos seus detentores o direito de comprar lotes de ações a determinado preço e exercer a sua opção, após um período determinado de titularidade.

15. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, trata, entre outros, de temas de normas para a realização de concursos públicos. Sobre elas, é correto afirmar que
- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (B) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se exclusivamente às atribuições de direção.
- (C) o prazo para realização do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (D) os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público serão definidos a partir de demanda circunstanciada do órgão público.
- (E) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma de acordos de cooperação.
16. Segundo a legislação trabalhista, o Ministério do Trabalho regulamentará as atribuições, a composição e o funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs). Sobre a sua composição, é correto afirmar que
- (A) os representantes dos empregadores, titulares e suplentes serão designados pelas lideranças sindicais.
- (B) os representantes dos empregados, titulares e suplentes serão eleitos em escrutínio secreto do qual participarão aqueles filiados ao sindicato da sua categoria.
- (C) o mandato dos membros eleitos das CIPAs terá a duração de 1 (um) ano, não sendo permitida a reeleição.
- (D) o empregador designará, anualmente, dentre os seus representantes, o Presidente da CIPA, e os empregados elegerão, dentre eles, o Vice-Presidente.
- (E) por um período de 3 (três) anos, os titulares da representação dos empregados nas CIPAs não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.
17. O desenho estrutural de uma organização consiste em um conjunto de decisões sobre os seus elementos constituintes com o propósito de definir uma estrutura adequada à estratégia e ao ambiente da organização. Entre os tipos clássicos de estrutura tem-se a divisional. Assinale a alternativa que, corretamente, contém uma de suas vantagens.
- (A) Possibilita o aperfeiçoamento de funcionários e administradores em suas funções.
- (B) Cria condições para centralizar o processo de tomada de decisão.
- (C) Facilita a direção unificada e o controle da organização aos administradores de topo.
- (D) Facilita a cooperação interdisciplinar entre os departamentos.
- (E) Proporciona maior adaptabilidade e capacidade de resposta por causa da relativa descentralização da tomada de decisão.

18. Ao longo do tempo, o trabalho nas empresas, em função do aumento da competição tanto no mercado nacional quanto no internacional tem assumido novas características. A busca de produtividade ao menor custo tem levado as empresas a imporem, muitas vezes, ritmos de trabalho intensos, jornadas prolongadas, ambientes ergonomicamente inadequados, entre outros. Isso tem levado a uma expansão dos casos de DORT. Sobre esse tipo de distúrbio relacionado ao trabalho, é correto afirmar que

- (A) o termo DORT é específico e o contexto não deve ser associado ao diagnóstico.
- (B) DORT é uma doença ou uma entidade nosológica, pois representa um conjunto homogêneo de afecções do sistema músculo-esquelético que estão relacionadas ao ambiente de trabalho.
- (C) a incidência maior é no sexo masculino em virtude da exigência de maior dispêndio de esforço muscular no trabalho.
- (D) aspectos psicológicos são tão importantes quanto os laborativos na sua ocorrência.
- (E) os exercícios físicos não são recomendados aos trabalhadores acometidos pelo distúrbio.

19. Organograma é uma representação gráfica simplificada da estrutura organizacional de uma instituição. A partir dele, podem-se identificar

- (A) superposições de atribuições, a organização informal, excesso de níveis hierárquicos, subordinações inadequadas e subordinações múltiplas.
- (B) relações de prestações de serviços, diferenças de grau de autoridade entre pessoas do mesmo nível, linhas de comunicação informais, subordinações inadequadas e subordinações múltiplas.
- (C) duplicidade de atribuições, excesso de níveis hierárquicos, excesso de subordinados para um mesmo chefe, subordinações inadequadas e subordinações múltiplas.
- (D) lacunas de atribuições, organização informal, excesso de níveis hierárquicos, linhas de comunicação informais e subordinações múltiplas.
- (E) relações de prestações de serviços, organização informal, excesso de níveis hierárquicos, lacunas de atribuições e subordinações múltiplas.

20. Sua maior utilidade sustenta-se, em grande parte, na ajuda que dá aos gerentes para focalizar a atenção nos pontos fortes e fracos comparativos de múltiplos negócios e/ou produtos. Amarra a formulação da estratégia de planejamento a uma análise de oportunidades de negócio de acordo com a taxa de crescimento do mercado e com a participação da empresa no mercado. Trata-se de uma técnica conhecida como

- (A) Análise SWOT.
- (B) PERT/CPM.
- (C) Matriz BCG.
- (D) Estratégia prospectiva.
- (E) Estratégia reativa.

## COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO

21. Os biólogos chilenos, Humberto Maturana e Francisco J. Varela, conceberam um modelo de sistema fechado de comunicação. O sistema organiza-se, segundo os autores, “como uma rede de processos de produção cujos componentes a) regeneram continuamente por suas transformações e interações a rede que os produziu e b) constituem o sistema como unidade concreta no espaço em que ele existe, especificando o domínio tipológico no qual se realiza como rede”. Denominaram esse sistema de

- (A) autorregulatório.
- (B) antropofísico.
- (C) autopoietico.
- (D) antropogênico.
- (E) autorreferente.

22. Sandra Helena Dias de Melo, em artigo na revista “Linguagem em (Dis)curso”, volume 5, número 1, 2005, afirma “que o discurso no jornalismo noticioso da imprensa tenta afastar a *subjetividade* do jornalista para autorizar a *objetividade* da instituição jornalística, delega para a língua (para uma fatia dela) a possibilidade de transmitir *conteúdos* de modo neutro, ou seja, a informação não seria uma interpretação da imprensa aos fatos transformados em notícia, mas a *descrição* dos fatos reais pelos textos noticiosos.” As características expostas pela autora permitem afirmar que a linguagem jornalística se fundamenta na sua função

- (A) referencial.
- (B) conativa.
- (C) emotiva.
- (D) fática.
- (E) metalinguística.

23. Existem quatro áreas básicas que reúnem atividades imprescindíveis à comercialização: 1) Produto (tudo o que se refere ao produto ou serviço em si, como formulação física, características, produção, qualidade etc.); 2) Distribuição (tarefas necessárias para apresentar o produto/serviço ao consumidor para que ele possa comprá-lo e consumi-lo); 3) Promoção (todas as tarefas de comunicação com o mercado, que visam promover o consumo do produto/serviço) e 4) Preço (política de preço). No meio publicitário, esse conjunto é conhecido por

- (A) Mercado-alvo.
- (B) Marketing mix.
- (C) Merchandising.
- (D) Marketing de relacionamento.
- (E) Marketing Direto.

24. O *Manual da Redação da Folha de S.Paulo* (pág. 71), ao tratar dos gêneros jornalísticos, ensina que “a notícia em dimensões que vão além do seu caráter factual e imediato, em estilo mais criativo e menos formal” e que pode estar relacionada ao perfil de um personagem ou contar uma história de interesse humano, é chamada de

- (A) crítica.
- (B) crônica.
- (C) artigo.
- (D) *feature*.
- (E) *fait-divers*.

25. Assinale a alternativa em que a lei do discurso está corretamente conceituada.
- (A) Lei da pertinência – “uma enunciação deve ser maximamente adequada ao contexto em que acontece: deve interessar ao destinatário, fornecendo-lhe informações que modifiquem a situação”.
  - (B) Lei da sinceridade – “incide sobre o conteúdo dos enunciados e estipula que não se deve falar para não dizer nada, que os enunciados devem fornecer informações novas ao destinatário”.
  - (C) Lei da informatividade – “refere-se ao engajamento do enunciador no ato de fala que realiza. Cada ato de fala (prometer, afirmar, ordenar, desejar etc.) implica um determinado número de condições, de regras do jogo”.
  - (D) Lei da exaustividade – “prescreve clareza (na pronúncia, na escolha das palavras, na complexidade das frases etc.) e, principalmente, economia (procurar a formulação mais direta)”.
  - (E) Lei da modalidade – “especifica que o enunciador deve dar a informação máxima, considerando-se a situação” em que a construção do discurso se efetiva.
26. A operação necessária para a correção eletrônica de sinais de gravação e de reprodução, feita para compensar as deformações na intensidade das frequências, para diminuir a distorção e fazer com que o som reproduzido se assemelhe ao original, é chamada de
- (A) *prefade*.
  - (B) microfonia.
  - (C) efeito especial.
  - (D) decupagem.
  - (E) equalização.
27. Para Philip Kotler (*Marketing*, pág. 88 a 91), o conceito na área de marketing que trata de “selecionar um padrão específico de concentração de mercado para atingir o objetivo de liderança” é chamado de
- (A) segmentação de mercado.
  - (B) estratégia de penetração nos mercados.
  - (C) posicionamento de marketing.
  - (D) estratégia de composto de marketing.
  - (E) estratégia de época.
28. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
- (A) o fornecedor de serviços responde pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, desde que comprovada a culpa pelas Agências Reguladoras de Serviços Públicos.
  - (B) o serviço, para efeito de responsabilização do fornecedor, passa a assumir a qualidade de “defeituoso” em razão da simples adoção de novas técnicas para sua realização.
  - (C) o fornecedor de serviços será responsabilizado mesmo diante da prova de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
  - (D) se equiparam aos consumidores todas as vítimas do dano decorrente da prestação mal sucedida, para fins de responsabilização do fornecedor de serviços.
  - (E) os profissionais liberais serão responsabilizados, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços contratados.
29. Analise as proposições.
- I. O fornecedor pode, para o fim de otimizar custos e proporcionar inclusão digital, condicionar o fornecimento de energia elétrica à contratação de serviço de *internet* banda larga pelo moderno meio de transmissão de dados via rede elétrica.
  - II. É permitido ao fornecedor executar serviços sem a prévia elaboração do orçamento e autorização expressa do consumidor, quando o serviço a ser realizado depender, exclusivamente, do pagamento de quantia módica.
  - III. Excepcionalmente, é permitido ao fornecedor de serviços deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou manter, a seu exclusivo critério, a fixação de seu termo inicial.
  - IV. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços enviar ou entregar ao consumidor qualquer produto ou fornecer qualquer serviço sem solicitação prévia.
  - V. Eventual serviço prestado ou produto entregue ao consumidor, sem o seu consentimento, equipara-se à amostra grátis, isentando-o de pagamento.
- De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto apenas o contido em
- (A) I e II.
  - (B) II e III.
  - (C) IV e V.
  - (D) I, IV e V.
  - (E) I, II, III e V.
30. De acordo com a Resolução Aneel n.º 456, de 29 de novembro de 2000, ocorrendo impedimento ao acesso para leitura do medidor de consumo de energia elétrica
- (A) os valores faturáveis de consumo serão as médias aritméticas dos 3 (três) últimos faturamentos.
  - (B) o agente da companhia de luz procederá ao corte imediato do fornecimento, deixando a nota de justificativa por escrito ao consumidor.
  - (C) o agente da companhia de luz procederá à notificação do consumidor responsável pela unidade, antes de tomar qualquer providência.
  - (D) os valores faturáveis de consumo no ciclo do impedimento serão aqueles mínimos, referentes ao custo de disponibilidade do sistema elétrico.
  - (E) só será tolerado o faturamento alternativo por três ciclos consecutivos de impedimento, findos os quais, estará o agente da companhia de luz autorizado a interromper o fornecimento.

